

1. Fundação Getúlio Vargas – Dataprev Advocacia – (2024) - Numa determinada sociedade empresária existem as seguintes situações jurídicas: Rosana é empregada, com CTPS assinada; Carla é estagiária e Vera é aprendiz. Em relação ao regime de teletrabalho, de acordo com as normas da CLT, é correto afirmar que:

A) somente Rosana poderá adotar regime de teletrabalho porque isso não é permitido para estagiários e aprendizes.

B) Rosana e Vera poderão adotar regime de teletrabalho, mas Carla não porque ela não é empregada.

C) Rosana, Carla e Vera poderão adotar o regime de teletrabalho por expressa previsão legal.

D) não será possível adotar o regime de teletrabalho para Vera porque seria frustrado o principal objetivo do aprendizado.

E) desde o término da pandemia não mais se admite o regime de teletrabalho, que foi implantado em razão de uma necessidade específica que hoje não mais prevalece.

2. Fundação Getúlio Vargas – Procurador Prefeitura de Macaé (2024) – Thiago ajuizou reclamação trabalhista em face da sociedade empresária A, que foi sua ex-empregadora, e contra a sociedade empresária B, que segundo Thiago integra o mesmo grupo econômico.

A demanda foi distribuída à 45ª Vara do Trabalho de Macaé, contestada, instruída e, ao final, prolatada sentença julgando o pedido inteiramente procedente, com condenação solidária das rés. Então, a 1ª reclamada interpôs recurso ordinário e, no prazo de contrarrazões, a 2ª ré interpôs recurso ordinário adesivo ao da litisconsorte, no qual nega a existência de grupo econômico.

Diante da situação apresentada e da norma de regência, assinale a afirmativa correta.

A) É viável porque o recurso adesivo pode ser manejado, com sucesso, na seara processual trabalhista.

B) Inviável o recurso porque o adesivo não tem previsão na CLT nem autorizado por interpretação jurisprudencial.

C) É possível o recurso adesivo, mas, sobre ele, o autor e a 1ª ré terão oportunidade de se manifestar.

D) Inviável o recurso adesivo porque os réus não são adversários entre si, já que estão no mesmo polo.

E) Inviável o recurso adesivo na hipótese porque ele pretende defender um interesse próprio, que é a isenção de responsabilidade.

3. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Analista Judiciário – Área Administrativa – 2022 - Roger trabalhou como vigilante terceirizado para o Município de Balsas/MA, sendo dispensado imotivadamente em agosto de 2022, sem receber vários direitos, inclusive a indenização pela extinção do contrato. Assim, ajuizou ação contra o ex-empregador (a empresa "A"), contra outra empresa do grupo econômico do ex-empregador (empresa "B") e contra o Município de Balsas/MA por falta de fiscalização do contrato. Caso Roger tenha sucesso na sua pretensão e comprove o alegado marque, de acordo com a CLT e demais normas vigentes, a responsabilidade da empresa "B" e do Município de Balsas/MA.

A) O Município de Balsas/MA e a empresa "B" terão responsabilidade solidária porque não fiscalizaram o contrato adequadamente.

B) A empresa "B" terá responsabilidade solidária e o Município de Balsas/MA, responsabilidade subsidiária.

C) A empresa "B" não poderá ser responsabilizada porque não foi tomadora dos serviços, mas o Município de Balsas/MA terá responsabilidade subsidiária.

D) A empresa "B" e o Município de Balsas/MA terão responsabilidade subsidiária porque não foram os empregadores formais de Roger.

E) O Município de Balsas/MA terá responsabilidade solidária e a empresa "B", responsabilidade subsidiária.

4. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Analista Judiciário – Área Administrativa – 2022 – Numa grande empresa metalúrgica localizada no Maranhão, Bruna foi eleita pelos empregados e Flávia foi indicada pelo empregador para comporem a CIPA. Paralelamente a isso, Leonardo foi eleito dirigente sindical da categoria dos metalúrgicos e Mateus foi eleito suplente.

Considerando esses fatos e o que dispõe a CLT e demais normas de regência, assinale a afirmativa correta em relação à garantia no emprego.

A) Somente Flávia não terá garantia no emprego.

B) Todos os empregados indicados terão garantia no emprego.

C) Somente Bruna e Leonardo terão garantia no emprego.

D) Nenhum dos empregados indicados terá garantia no emprego.

E) Somente Mateus não terá garantia no emprego.

5. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Analista Judiciário – Área Administrativa – 2022 – Vanuzia trabalha em setor de uma empresa em que há risco acentuado de morte, daí porque recebe adicional de periculosidade. Seu esposo Vinicius trabalha em outra empresa e atua num setor no qual há um agente agressor à saúde em grau médio.

Considerando a situação vivida pelo casal, e de acordo com a CLT, assinale a afirmativa correta.

- A) Vanuzia receberá 30% do salário-mínimo e Vinicius, 40% sobre o seu salário-base.
- B) Não pode haver acúmulo dos adicionais de insalubridade e periculosidade para o mesmo casal, e por isso um deles deverá abdicar do direito.
- C) Vanuzia receberá 30% do seu salário-base e Vinicius, 20% sobre o salário-mínimo.
- D) Vinicius receberá 10% sobre o salário básico e Vanuzia, 40% sobre o salário-mínimo.
- E) Ambos receberão adicional de 30%, que incidirá sobre o salário de cada um deles.

6. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Analista Judiciário – Área Administrativa – 2022 – Ribamar é empregado numa empresa, tendo iniciado seu contrato em 05/08/2020. Em 02/05/2022 o empregador comunicou a Ribamar que ele iria usufruir as férias de 30 dias no período de 08/06/2022 a 07/07/2022. O valor das férias foi depositado na conta de Ribamar em 05/06/2022.

Sobre a situação retratada, e considerando o que dispõe a CLT, assinale a afirmativa correta.

- A) O período concessivo previsto em Lei não foi observado pelo empregador.
- B) As férias eram indevidas porque somente após 2 anos de trabalho o empregado a elas faz jus.
- C) O pagamento das férias foi intempestivo.
- D) A comunicação foi intempestiva, devendo as férias serem pagas em dobro.
- E) A dinâmica da concessão das férias nos termos indicados está regular.

7. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Analista Judiciário – Área Administrativa – 2022 – As amigas Juliana, Rosa e Adriana trabalham de 2ª a 6ª feira para o mesmo empregador em jornadas de trabalho variadas. Juliana se ativa das 8:00 às 17:00h; Rosa, das 10:00 às 13:30h; Adriana, das 14:00 às 19:00h. Marque, de acordo com a CLT, a opção que contempla o intervalo intrajornada mínimo que deverá ser observado para as empregadas, sabendo-se que não existe norma coletiva tratando do tema.

- A) 1 hora para Juliana e Adriana, 15 minutos para Rosa.
- B) 1 hora para Juliana, nenhum intervalo para Rosa e 15 minutos para Adriana.
- C) 15 minutos para Rosa, 2 horas para Juliana e 30 minutos para Adriana.
- D) 30 minutos para Juliana e nenhum intervalo para Rosa e Adriana.
- E) 1 hora, no mínimo, para todas as empregadas indicadas.

8. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Analista Judiciário – Área Administrativa – 2022 – Após 6 meses de vigência de um contrato de emprego, Ênio e seu empregador acertaram a extinção dele por mútuo consenso (distrato), com aviso prévio trabalhado. Das hipóteses abaixo, marque aquela que contempla um direito, com o seu contorno exato, que será recebido por Ênio.

- A) 7/12 avos de 13º salário proporcional.
- B) Férias proporcionais de 7/12 avos.
- C) Saque limitado a 80% do FGTS depositado.
- D) Metade do valor do aviso prévio.
- E) Indenização de 40% sobre o FGTS.

9. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Analista Judiciário – Área Administrativa – 2022 – Das hipóteses abaixo indicadas, marque aquela que contempla, nesta ordem, um caso de interrupção e um de suspensão do contrato de trabalho de um empregado.

- A) Casamento do empregado e prestação de serviço militar obrigatório.
- B) Doença por prazo superior a 15 dias e licença não remunerada.

C) Tempo necessário para comparecer na justiça como testemunha e doação voluntária de sangue.

D) Falecimento do cônjuge e nascimento de filho.

E) Eleição para o cargo de diretor sem permanecer a subordinação jurídica e aposentadoria por incapacidade permanente.

10. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Analista Judiciário – Área Judiciária – 2022 - Nilton joga no maior clube de futebol do Maranhão, recebendo elevado salário. Entendendo que estava sendo lesado pelo clube em vários direitos, Nilton ajuizou reclamação trabalhista contra o clube, perseguindo a reparação dessas lesões e da multa contratualmente fixada, atribuindo à causa o valor de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), que foi o somatório dos direitos que reivindicou. A ação foi contestada e instruída, sobrevindo a sentença de improcedência total dos pedidos formulados.

De acordo com a CLT, e considerando que não houve requerimento de gratuidade de justiça, assinale a opção correta em relação às custas que deverão ser recolhidas por Nilton caso ele queira recorrer.

A) Nilton deve recolher R\$ 36.000,00.

B) Nilton deve recolher R\$ 18.000,00.

C) Não haverá necessidade de recolhimento de custas quando é o trabalhador quem recorre.

D) Sendo o pedido julgado totalmente improcedente, o juiz terá liberdade de fixar as custas por equidade.

E) Nilton deve recolher quatro vezes o limite dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

11. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Oficial de Justiça Avaliador Federal – 2022 - Maria, que trabalha numa empresa em Açailândia/MA, engravidou, teve o seu bebê, e saiu em licença maternidade em junho de 2022. Após 120 dias, retornou à empresa. Considerando a situação apresentada, assinale a opção que contempla o intervalo especial para amamentação a que Maria terá direito e o seu tempo de duração.

A) Durante 1 ano Maria terá direito a um intervalo de 1 hora corrida para amamentação.

B) Para amamentar seu bebê, Maria terá um intervalo diário de 30 minutos até 6 meses após o seu retorno à empresa.

C) Uma vez que a licença maternidade foi aproveitada após a reforma trabalhista, no retorno não haverá direito a qualquer intervalo especial, salvo previsão em norma coletiva.

D) Maria terá direito a quantos intervalos forem necessários para manter o bem-estar de seu bebê, não havendo na Lei um limite.

E) Maria terá direito a dois intervalos especiais de meia hora cada um até 6 meses de idade do filho.

12. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Oficial de Justiça Avaliador Federal – 2022 – No curso de relação processual no âmbito da Justiça do Trabalho, foram acolhidos, em sentença transitada em julgado, os pedidos formulados pelo reclamante, com a consequente condenação do antigo empregador ao pagamento dos valores almejados. Ressalte-se que a condenação decorreu do não pagamento de horas extraordinárias, sendo que, durante toda a relação de emprego, as contribuições previdenciárias incidentes sobre o salário normal foram pontualmente recolhidas pelo empregador. Nesse caso, as contribuições previdenciárias concernentes ao objeto da referida condenação devem ser objeto de execução no âmbito da Justiça

A) do Trabalho, devendo ser iniciada de ofício.

B) do Trabalho, a partir de iniciativa privativa do Instituto Nacional de Previdência Social.

C) comum, por iniciativa da Fazenda Pública, após a devida inscrição do débito em dívida ativa.

D) do Trabalho, a partir de iniciativa do reclamante ou do Instituto Nacional de Previdência Social.

E) comum, por iniciativa da Fazenda Pública, independente de prévia inscrição do débito em dívida ativa.

13. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Técnico Judiciário – Área Administrativa – 2022 – Em determinada reclamação trabalhista que tramita perante a 30ª Vara do Trabalho de Barreirinhas/MA, foi homologada a quantia de R\$ 10.000,00 devida ao exequente a título de dano moral, pois a sentença foi proferida de forma líquida e ambas as partes concordaram com o valor. Ocorre que, no dia seguinte, a sociedade empresária teve a falência decretada.

Diante dos fatos narrados e da norma de regência, sobre o destino da execução, assinale a afirmativa correta.

- A) Diante da falência decretada, o juiz deverá expedir requisição de pequeno valor para o pagamento da dívida.
- B) Deverá ser expedida certidão de crédito ao reclamante pelo valor homologado para habilitação junto à massa falida.
- C) A execução prosseguirá normalmente porque a falência foi posterior à homologação, ocorrendo o bloqueio de numerário caso a empresa não cumpra voluntariamente a obrigação.
- D) A partir da decretação de falência o juízo trabalhista cessa a sua competência, devendo anular a decisão homologatória e enviar os autos para o juízo falimentar.
- E) A Lei determina que metade do valor seja pago perante a Justiça do Trabalho em razão do caráter alimentar da verba e a outra metade, paga perante o juízo falimentar.

14. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Técnico Judiciário – Área Administrativa – 2022 – Pedro Lucas é auxiliar de montagem numa empresa localizada em Porto Franco/MA e recebe 1 salário mínimo mensal. Insatisfeito, Pedro Lucas ajuizou reclamação trabalhista contra o seu empregador requerendo o pagamento de horas extras, afirmando que trabalha de 2ª feira a domingo das 4:00 às 23:30 horas, sem intervalo para refeição. Designada audiência una, e em que pese regularmente citada, a empresa faltou e não protocolizou defesa escrita, tendo sido requerida a aplicação da revelia e confissão quanto à matéria de fato.

Diante dos fatos narrados e de acordo com a CLT, assinale a afirmativa correta.

- A) Com a aplicação da revelia e, conseqüentemente, da confissão quanto à matéria de fato, Pedro Lucas receberá as horas extras de acordo com a jornada da inicial.
- B) De acordo com a Lei, após aplicar a revelia, o juiz deverá abrir prazo de 10 dias para que Pedro Lucas comprove por algum meio a jornada informada na inicial, sob pena de inépcia.
- C) Apesar da revelia, não haverá confissão quanto à matéria de fato porque as alegações formuladas por Pedro Lucas são inverossímeis.
- D) Não se aplicará revelia nem confissão quanto à matéria de fato porque diante da jornada afirmada na inicial é obrigatória a participação do Ministério Público do Trabalho no processo.
- E) Sendo aplicada a revelia e julgado procedente o pedido, a empresa não poderá recorrer da sentença nem praticar atos no processo porque ficou inerte no momento oportuno.

15. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Técnico Judiciário – Área Administrativa – 2022 – De acordo com o famoso e muito respeitado jurista Clóvis Beviláqua, prescrição

“é a perda da ação atribuída a um direito e de toda sua capacidade defensiva, por causa ao não-uso delas, em um determinado espaço de tempo”.

Das espécies de prescrição indicadas a seguir, assinale aquela que, de acordo com a CLT, pode ser declarada espontaneamente (de ofício) pelo magistrado.

- A) Prescrição bienal para ajuizamento de ação.
- B) Prescrição por ato único do empregador.
- C) Prescrição retroativa de 30 anos do FGTS, quando cabível.
- D) Prescrição intercorrente na execução.
- E) Prescrição parcial de 5 anos.

16. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Técnico Judiciário – Área Administrativa – 2022 – Lucimar ajuizou reclamação trabalhista contra o seu ex-empregador, uma sociedade empresária que explora o ramo de frutas industrializadas. O processo foi distribuído para a 10ª Vara do Trabalho de Chapadinha/MA, sendo designada audiência una.

Assinale, de acordo com a CLT, a opção que contempla, respectivamente, o prazo mínimo que deve ser respeitado entre a citação e a realização da audiência, bem como o primeiro ato processual que, aberta a audiência, deverá ocorrer.

- A) 10 dias e apresentação de memoriais.
- B) 5 dias e tentativa de conciliação.
- C) 15 dias e instrução.
- D) 8 dias e apresentação da resposta.
- E) 20 dias e instrução.

17. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Técnico Judiciário – Área Administrativa – 2022 – Maria Cecília é empregada numa indústria localizada em Santo Antônio dos Lopes/MA, há 5 anos, e foi comunicada que, em 2023, suas férias de 30 dias serão concedidas no mês de março. A empregadora de Maria Cecília costuma pagar a 1ª parcela do 13º salário no mês de novembro de cada ano e a 2ª parcela, no dia 20 de dezembro.

Considerando que Maria Cecília gostaria de receber todo ou ao menos parte do 13º salário juntamente com as férias, assinale a opção que, de acordo com a norma de regência, responde à pretensão da empregada.

- A) Maria Cecília poderá receber a totalidade do 13º salário juntamente com as férias desde que faça o requerimento ao empregador com 30 dias de antecedência do início das férias.
- B) Somente poderá haver a antecipação de 50% do 13º salário se isso estiver previsto na norma coletiva da categoria de Maria Cecília.
- C) Maria Cecília poderá receber a 1ª parcela do 13º salário juntamente com as férias desde que faça o requerimento ao empregador até 2 dias antes do início das férias.
- D) A empregada em questão não tem o direito de exigir o pagamento do 13º salário com as férias, no todo ou em parte, por falta de previsão legal.
- E) Maria Cecília poderá receber a 1ª parcela do 13º salário juntamente com as férias desde que faça o requerimento no mês de janeiro de 2023.

18. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Técnico Judiciário – Área Administrativa – 2022 – Samuel trabalha num comércio estabelecido em Porto Franco/MA e cumpre jornada de 44 horas semanais divididas de 2ª feira a sábado.

Considerando o direito às pausas legais e ao repouso semanal remunerado, marque a opção que, de acordo com o entendimento consolidado pelo TST, traz o espaço de tempo que deve mediar 2 semanas de trabalho, ou seja, quanto tempo de descanso Samuel terá direito entre o término da jornada em uma semana e o início da jornada da semana seguinte.

- A) 11 horas.
- B) 24 horas.
- C) 35 horas.
- D) 12 horas.
- E) 48 horas.

19. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Técnico Judiciário – Área Administrativa – 2022 – Sheila é empregada de uma sociedade empresária localizada em Presidente Dutra/MA. Dolosamente, ela trocou de lugar com uma colega de trabalho no exame médico periódico realizado pela empresa, para que não fosse detectado que essa colega estava doente. No dia seguinte, o empregador descobriu a fraude arquitetada pelas empregadas e imediatamente as suspendeu por 40 dias consecutivos.

Logo após, as empregadas pediram desculpas pelo ato. Diante da situação retratada e dos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

- A) Está dentro do poder diretivo do empregador aplicar a punição de suspensão na forma exposta, sem limite de prazo.
- B) A empresa excedeu o período máximo da suspensão, daí o ato importa na rescisão injusta dos contratos de trabalho.
- C) A gravidade da conduta somente pode gerar a dispensa por justa causa, não podendo o empregador aplicar pena mais branda.
- D) Uma vez que as empregadas se arrependeram do ato praticado, há o perdão tácito e o empregador não pode punir por aquele ato.
- E) A punição a ser aplicada é decisão exclusiva do empregador que, neste caso, poderá lançar a pena na CTPS das empregadas.

20. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Técnico Judiciário – Área Administrativa – 2022 – Pedro tem um contrato intermitente com uma sociedade empresária que realiza festas em Chapadinha/MA, sendo chamado quando há serviço. Em 29 de outubro de 2022, a empresa realizaria uma grande festa e convocou Pedro, no dia 25 de outubro de 2022, para nela trabalhar. Pedro recusou de plano a oferta porque já havia se comprometido com outra sociedade empresária para trabalhar naquele dia como garçom.

Diante da situação retratada e dos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

- A) No caso de impasse entre as partes quanto à aceitação da prestação do serviço, a Justiça do Trabalho deverá ser acionada.
- B) A empresa está errada porque a convocação deveria ter ocorrido com 7 dias de antecedência.
- C) Pedro agiu de forma insubordinada e por isso poderia ser dispensado por justa causa.
- D) É direito de Pedro não aceitar o trabalho e isso não poderá ocasionar qualquer punição.
- E) O empregado agiu com indisciplina e poderia ser dispensado por justa causa.

21. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Analista Judiciário – Área Administrativa – 2022 – A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade será exercida, de acordo com o texto constitucional, pelo

- A) Tribunal Superior do Trabalho, mediante controle interno, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

B) Congresso Nacional, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

C) Tribunal Superior do Trabalho, mediante controle externo, com o auxílio da Controladoria-Geral União.

D) Supremo Tribunal Federal, mediante controle externo, com o auxílio da Controladoria-Geral União.

E) Poder Executivo Federal, mediante controle externo, com o auxílio da Controladoria-Geral União.

22. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Analista Judiciário – Área Administrativa – 2022 – João, estagiário de certo escritório de advocacia, foi incumbido de verificar as competências do Tribunal Superior do Trabalho. Para facilitar a sua pesquisa, foi-lhe corretamente informado que as referidas competências estão mencionadas

A) na ordem constitucional e podem ainda ser previstas em lei complementar.

B) na ordem constitucional e podem ainda ser previstas em lei ordinária.

C) exclusivamente na ordem constitucional.

D) exclusivamente em lei complementar.

E) exclusivamente em lei ordinária.

23. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Analista Judiciário – Área Administrativa – 2022 – Maria, Prefeita do Município Alfa, em janeiro do segundo ano de seu segundo mandato consecutivo, decidiu que teria muito a contribuir com a coletividade caso fosse eleita Deputada Federal na eleição a ser realizada em outubro daquele ano. Ao se inteirar sobre a sua situação, à luz das normas constitucionais que regem essa temática, Maria concluiu corretamente que

A) está inelegível na referida eleição, considerando que fora eleita, em duas eleições consecutivas, como Chefe do Poder Executivo Municipal.

B) somente estará elegível na referida eleição caso renuncie ao mandato de Chefe do Poder Executivo Municipal até seis meses antes do pleito.

C) está inelegível na referida eleição, considerando que o ocupante do cargo de Chefe do Poder Executivo não pode se candidatar para o Poder Legislativo.

D) está elegível na referida eleição, devendo, caso eleita, renunciar ao cargo de Chefe do Poder Executivo municipal até a véspera da posse como Deputada Federal.

E) está elegível na referida eleição, devendo, caso eleita, renunciar ao cargo de Chefe do Poder Executivo municipal até a véspera da diplomação como Deputada Federal.

24. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Analista Judiciário – Área Administrativa – 2022 – João nasceu na França quando seus genitores, ambos brasileiros, ali se encontravam a trabalho em uma conhecida indústria automobilística. Ao completar 18 anos, jamais tendo vindo ao território brasileiro, teve dúvidas em relação a sua nacionalidade, já que não fora registrado em nenhuma repartição brasileira situada na França.

Ao consultar um advogado sobre sua nacionalidade, foi corretamente informado a João que ele

- A) é brasileiro nato, por ser filho de pais brasileiros.
- B) pode se naturalizar brasileiro, bastando que venha a residir no território nacional.
- C) será considerado brasileiro nato caso venha a residir no território brasileiro.
- D) será considerado brasileiro nato caso venha a residir no território brasileiro e, além disso, opte, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
- E) é brasileiro nato de condição especial, considerando que nasceu no estrangeiro e não foi registrado em repartição brasileira situada na França.

25. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Analista Judiciário – Área Judiciária – 2022 – Conforme fora amplamente divulgado pelos meios de comunicações social, em determinada legislatura, já sob a égide da Constituição da República de 1988, o Presidente da República, desacompanhado do Vice-Presidente, decidiu realizar uma viagem ao continente europeu, com a duração de vinte dias, durante a qual seria negociada a celebração de diversos tratados de interesse para o País. À luz da sistemática constitucional, a referida viagem do Presidente da República

- A) não dependia de prévia autorização do Congresso Nacional, já que o Vice-Presidente da República permaneceu no território brasileiro.
- B) dependia de prévia autorização, de competência exclusiva do Congresso Nacional, o que significa dizer que não precisava ser veiculada em lei.
- C) somente dependeria de autorização prévia do Congresso Nacional caso o Presidente da República se ausentasse do território nacional por lapso superior a trinta dias.
- D) deveria apenas resultar na apresentação de relatório, a *posteriori*, ao Congresso Nacional, não se exigindo autorização prévia para a viagem, o que afrontaria a separação dos poderes.

E) dependia de prévia autorização do Congresso Nacional, pois o Presidente da República, ainda que desacompanhado do Vice-Presidente, sempre necessita de autorização para se ausentar do território brasileiro.

26. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Técnico Judiciário – Área Administrativa – 2022 – João, servidor de determinado Tribunal Regional do Trabalho e que atuava no setor de controle interno, consultou o seu superior hierárquico a respeito do papel desempenhado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho em relação às atividades orçamentária e financeira desenvolvidas no referido Tribunal, considerando as competências constitucionais do Tribunal de Contas da União.

Foi corretamente esclarecido a João que o Conselho, em relação às referidas atividades,

- A) realiza a sua supervisão, sendo que suas decisões têm efeito vinculante.
- B) irá centralizá-las, sendo retirado dos Tribunais o juízo de valor finalístico a seu respeito.
- C) não desempenha qualquer atribuição, pois sua competência está adstrita à atuação disciplinar.
- D) apenas atua como intermediário entre as decisões tomadas pelo Tribunal de Contas da União e os Tribunais da Justiça do Trabalho, zelando pela sua efetividade.
- E) é responsável pela verificação do cumprimento dos indicadores estabelecidos, podendo apenas expedir recomendações, que não terão caráter vinculante.

27. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Técnico Judiciário – Área Administrativa – 2022 – Em determinado processo judicial que tramitou, em última instância, perante o Tribunal de Justiça do Estado Alfa, não foi acolhido o argumento de João, demandante, de que a Lei estadual nº XX seria inválida por destoar da Lei federal nº YY.

Nesse caso, se João decidir recorrer para uma instância superior, o recurso cabível, preenchidos os demais requisitos exigidos, é o recurso

- A) extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- B) de revista, a ser julgado pelo Conselho Nacional de Justiça.
- C) ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- D) especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- E) ordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

28. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Técnico Judiciário – Área Administrativa – 2022 – Em razão das sucessivas notícias de prática de nepotismo no âmbito dos Municípios abrangidos pelo Estado Alfa, a Constituição deste último ente federativo foi reformada para dispor que as nomeações para os cargos de direção da Administração Pública direta e indireta dos Municípios deveriam ser previamente aprovadas pela Assembleia Legislativa do Estado Alfa.

Irresignada com o teor dessa determinação normativa, a Associação dos Municípios do Estado Alfa consultou o seu advogado a respeito de sua compatibilidade com a Constituição da República, sendo-lhe corretamente respondido que a determinação é

- A) constitucional, considerando a necessária subordinação dos Municípios aos comandos do respectivo Estado.
- B) constitucional, pois as normas da Constituição Estadual são vinculantes para o Estado e para os Municípios situados em seu território.
- C) constitucional, desde que as decisões proferidas pela Assembleia Legislativa sejam fundamentadas, de modo a afastar juízos de valor puramente políticos.
- D) inconstitucional, pois a determinação de que os atos de nomeação municipais sejam submetidos à aprovação de órgão estadual afronta a autonomia dos Municípios.
- E) inconstitucional, pois os comandos da Constituição Estadual, quaisquer que sejam eles, somente devem ser observados pelo Estado, não pelos Municípios situados em seu território.

29. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Técnico Judiciário – Área Administrativa – 2022 – Ana, cidadã atuante e moradora do pequeno Município Alfa, tomou conhecimento de que uma grande indústria estava despejando resíduos químicos no principal rio da região, responsável não só pelo fornecimento de água potável como pelo desenvolvimento da atividade pesqueira.

Inconformada com essa situação, questionou o seu advogado sobre a ação constitucional que ela própria poderia ajuizar para fazer cessar a referida prática.

Foi corretamente informado a Ana que a ação a ser ajuizada é

- A) a ação popular.
- B) a ação civil pública.
- C) a reclamação constitucional.
- D) a ação de interdição empresarial.
- E) o mandado de segurança coletivo.

30. Fundação Getúlio Vargas – TRT-16 MA – Auditor de Controle Externo – 2025 – João está no curso do seu primeiro mandato eletivo como governador do estado Alfa e almeja concorrer a um cargo na eleição a ser realizada no fim do último ano do seu mandato.

Ao analisar a sistemática constitucional, em relação a possíveis limitadores da sua capacidade eleitoral passiva, João concluiu corretamente que

- A) pode concorrer a qualquer cargo eletivo, com exceção do cargo de governador do estado Alfa.
- B) somente pode concorrer a um cargo eletivo no âmbito do Poder Legislativo, não do Poder Executivo.
- C) somente pode concorrer ao cargo eletivo de governador do estado Alfa, quer se desincompatibilize, quer não.
- D) para concorrer a outro cargo eletivo, que não o de governador do estado Alfa, deve se desincompatibilizar no prazo exigido.
- E) está inabilitado para o exercício de outra função pública, mas pode concorrer mais uma vez, de modo consecutivo, na eleição para governador do estado Alfa.

GABARITO									
1.C	2.D	3.B	4.A	5.C	6.E	7.B	8.C	9.A	10.E
11.E	12.A	13.B	14.C	15.D	16.B	17.E	18.C	19.B	20.D
21.B	22.B	23.B	24.D	25.B	26.A	27.A	28.D	29.A	30.D

Neste momento encerramos mais uma etapa de nossas vidas, mais uma prova passou e as esperanças de um futuro melhor permanecem. Será que será desta vez que conseguimos a nomeação? Essa resposta não existe com certeza (pois a certeza estragaria a própria resposta) mas uma coisa temos certeza, cada um de nós deu seu melhor e os Concurseiros ON são merecedores de suas vagas, eu Professor Pedro Kuhn fui testemunha disso, boa prova pessoal!!!

E não esqueçam que em nosso canal do Youtube teremos a correção da prova assim que for liberada!!



Onde assistir nossas aulas?

Na Plataforma do Concurseiro ON!

No Canal do Youtube do Concurseiro ON!

No Canal de Membros do Youtube chamado Corrente da Posse onde são disponibilizados conteúdos inéditos todas as semanas!